

Coisas da Política

Governo usa guerra para a travessia

Conversando para dentro, em tom intimista, sem a empostação discursiva, o presidente Collor de Mello e sua equipe econômica reconhecem que a luta contra a inflação atravessa seu pior momento. Em consequência, o governo purga erros e exageros de promessas e avaliações triunfalistas e submete-se a cobranças de uma sociedade exasperada pelas dificuldades exatamente quando está de mãos vazias. Não tem nada a oferecer nem êxitos próximos a comemorar.

Daqui até abril, maio ou junho, nos próximos três a seis meses, a retificação realística das previsões pelos responsáveis pela execução do Plano Collor aponta para período de corda esticada. A queda-de-braço da clássica imagem do presidente: governo de um lado; empresários de outro retemem músculos e esperam para ver quem cede. Questão de resistência e obstinação. Claro que o governo espera ganhar a parada e não recua um passo.

Ocorre que a fase considerada como decisiva para a sorte do combate à inflação, adiada pelos equívocos cometidos por açodamento e inexperiência, acabou coincidindo com o pique da renovação do quadro político, na fatia espremida entre a instalação do novo Congresso, a 1º de fevereiro, e a posse dos governadores, a 15 de março.

Na hora de negociar com os senadores e deputados para montar base parlamentar estável e tranquila e de firmar com os novos governadores os acertos para a costura de boa convivência, o governo está com cofres raspados e agarrado à chave com gana de avarento.

A conversa fica difícil, voltada para perspectiva futura, apelando para a solidariedade das idéias compartilhadas como substitutivo da objetividade de compromissos firmados na barganha clássica de apoio por ajuda em verbas a fundo perdido.

Não desconhece o presidente a situação difícil que a maioria, a quase totalidade dos governadores, enfrentará no primeiro e delicado ano de mandato, quando esperanças de campanha azedam na frustração que corrói a popularidade e derrubam índices nas pesquisas.

Paciência. Não há nada a fazer, nada a oferecer além de conselhos para a aplicação nos estados da fórmula federal de cortar despesas, enxugar a máquina, reduzir o quadro de ser-

vidores, fechar repartições inúteis ou superpostas, enfim, buscar o saneamento financeiro a qualquer custo, arando o terreno para construir a partir do segundo ano de mandato.

Se eram essas as perspectivas para tocar a rotina, a iminência da guerra no Oriente Médio, com envolvimento de todo o mundo, obviamente altera esquemas e impõe a adequação de estratégias.

Essa possibilidade não era contemplada nas alternativas do governo. Agora, não há como ignorar a ameaça que bate às portas, na velocidade de prazos que se esgotam.

Os efeitos necessariamente recessivos de um conflito que mobilizará, de saída, mais de um milhão de soldados, ao custo de trilhões de dólares, imporiam ao governo a necessidade de tornar mais duro o controle da economia, aprofundando cortes no orçamento para afastar o risco da recidiva do déficit, sustentando juros altos, apertando mais e mais o enxugamento da liquidez.

Receita recessiva ortodoxa. Justificada pelo fato novo da guerra. Não é improvável que o governo aproveite do pretexto inesperado para endurecer a política antiinflacionária, visando alcançar resultados no menor prazo, fiel ao conselho sábio que o que é ruim deve ser servido em doses maciças para a rápida absorção, enquanto o lado bom é fluido com deleitoso vagar.

Certamente que será mais fácil lograr a compreensão para sacrifícios impostos em nome de economia de guerra do que impingir arrocho salarial, recessão, desemprego, queda de consumo, escassez de gasolina na pasmaceira da normalidade.

Ainda é cedo para aprofundar a especulação. Nem a guerra começou, embora pareça inevitável, nem há como prever, com um mínimo de racionalidade e segurança, sua duração. Uma decisão militar em poucos dias, tal como prometem os estrategistas americanos, não municiaria o governo de argumentos para o apelo ao consenso. Seria preciso esperar pelas consequências na economia mundial.

De qualquer modo, o governo joga com novo trunfo, que precisa ser considerado. Na verdade, nada deverá mudar de um jeito ou de outro. A não ser a dosagem e a ênfase do discurso.